

Mudança de rumo na economia será gradual

Abandono da atual política monetária rígida é um processo que pode durar todo o governo FHC

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — A intenção de baixar os juros e afrouxar o crédito, anunciada durante a reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com o Ministério, está condicionada ao equilíbrio das contas públicas. "Isto não é para o mês que vem, é um processo", disse ontem um ministro, ao explicar que será "gradual" o abandono da atual política monetária rígida como principal mecanismo de que o governo dispõe para manter a inflação baixa. "A velocidade deste processo não está definida previamente", insistiu outro ministro.

Apesar do consenso de que a receita de juros altos e aperto no crédito, combinada ao recolhimento de R\$ 50 bilhões de depósitos compulsórios dos bancos tem efeitos colaterais sobre os investimentos, integrantes da equipe econômica não abrem mão de garantir um ajuste fiscal consistente antes de mudar de rumo. "O único jeito de promover uma baixa forte dos juros é conseguir um superávit fiscal grande", adiantou um dos ministros envolvidos no debate, confirmando, porém, a determinação de Fernando Henrique de aliviar a política monetária. O argumento do presidente é claro: a receita usada para segurar a inflação não pode mais bater de frente com um dos seus principais compromissos de campanha — a retomada do crescimento econômico sustentado.

Uma coisa é certa: o ajuste fiscal, adiado na primeira etapa do Plano Real, principalmente por falta de apoio político do governo no Congresso, já não pode mais esperar. A lei orçamentária herdada por Fer-

nando Henrique apresenta um rombo estimado em R\$ 11 bilhões e deixa claro que as medidas de ajuste fiscal adotadas no ano passado não foram suficientes. Também não bastará mais recorrer à velha fórmula de barrar despesas na boca do caixa do Tesouro. Por determinação do presidente, acertada com seus ministros, o equilíbrio das contas deverá ter como base um orçamento realista, com muitos cortes de gasto à vista.

Convidado para a reunião do Conselho de Governo, apesar de não ter tido seu nome aprovado ainda pelo Senado, o futuro presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, foi um dos que deixaram bem claro na reu-

nião que é hora de completar o ajuste fiscal. Um dos formuladores do Plano Real, Arida colocava o ajuste como pré-condição para a troca da moeda, e acabou cedendo diante das resistências políticas. Certo das pressões que virão

**AJUSTE FISCAL
DEVE PRECEDER
QUALQUER
MUDANÇA**

contra o ajuste fiscal, o presidente deixou claro um recado a sua equipe, transmitido pelo porta-voz, embaixador Sérgio Amaral: "A determinação é enfrentar as resistências corporativas". Fernando Henrique também cobrou o engajamento dos governadores.

Mas o próprio governo reconhece que ajuste fiscal não é coisa para se fazer do dia para a noite. O ministro do Planejamento, José Serra, avalia que o "processo" deverá consumir todos os quatro anos de mandato do presidente Fernando Henrique. Num primeiro momento, além dos cortes no Orçamento, o governo conta com o dinheiro da venda de estatais e um aumento substancial na arrecadação. O caminho mais rápido, neste último caso, não é o aumento de impostos, mas um radical combate à sonegação. Na área tributária, o governo mantém o compromisso de não sair aumentando impostos. Então, ao contrário, aliviar a carga sobre as exportações e a produção interna.